

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA SOBRE COMÉRCIO INTERNACIONAL *BIBLIOGRAPHIC REVIEW ABOUT INTERNATIONAL TRADE*

Rita Alexandra Coelho ¹, Marco Espírito Santo ², Rita Rodrigues Coelho ³, Rui Frade ⁴

¹ ISLA Santarém; ² ISLA Santarém; ³ ISLA Santarém; ⁴ ISLA Santarém e do ISPO
ritacoelho.seguros@gmail.com; espirtosanto.marco@gmail.com; rita.rodrigues@mail.com;
rfrade1999@gmail.com

Resumo

O comércio internacional assume um papel fundamental na componente financeira e nos indicadores macroeconómicos dos países. O equilíbrio da balança comercial, obtido através da gestão correta das importações e exportações, tem assumido uma relevância enorme na economia mundial, desde que Adam Smith em 1776, estabeleceu os primeiros conceitos sobre balança comercial.

As exigências e a constante evolução dos mercados internacionais requerem esforços, novos comportamentos e até mudanças estruturais. É imprescindível que as empresas possuam vantagens competitivas que lhes permitam usufruir do vasto leque de oportunidades do designado fenómeno da globalização, aumentando a competitividade das empresas e criando condições de sustentabilidade a longo prazo.

Afigurando-se assim o tema do Comércio Internacional como extremamente relevante e face à necessidade de criar bases sólidas que proporcionem uma consolidação do conhecimento sobre este tema, seguindo a proposta de vários investigadores, procedeu-se para o efeito, a uma pesquisa bibliográfica, tentando criar um marco teórico de referência, através da análise de artigos de relevância científica.

Conseguimos cumprir o nosso objetivo, que passava por definir, evidenciar e coligir os principais conceitos de Comércio Internacional, estudando duas áreas fundamentais do conhecimento: a definição conceptual de Comércio Internacional e as teorias de Comércio Internacional.

Palavras-chave: Comércio internacional, definição de comércio internacional, teorias de comércio internacional.

Abstract

International trade plays a key role in the financial component and macroeconomic indicators of the countries. The equilibrium of the trade balance, achieved through the correct management of imports and exports, has assumed an enormous relevance in the world economy, since Adam Smith in 1776, established the first concepts on trade balance.

The demands and constant evolution of the international markets require efforts, new behaviors and even structural changes. It is imperative that companies have competitive advantages that allow them to take advantage of the wide range of opportunities of the so-called globalization phenomenon, increasing the competitiveness of companies and creating conditions for long-term sustainability.

The issue of international trade appears to be extremely relevant and in view of the need to create solid foundations that provide a consolidation of knowledge on this topic, following the proposal of several researchers, a bibliographical research was done, trying to create a theoretical frame of reference, through the analysis of articles of scientific relevance.

We were able to fulfill our objective, which was to define, highlight and collect the main concepts of International Trade, studying two fundamental areas of knowledge: the conceptual definition of International Trade and International Trade theories.

Keywords: International trade, definition of international trade, theories of international trade

1. INTRODUÇÃO

A atividade mercantil internacional assume um papel fundamental na componente financeira e nos indicadores macroeconómicos dos países.

Todos os fatos ocorridos desde a antiguidade, incluindo conflitos, guerras e crises contribuíram de forma relevante para o atual cenário político económico mundial, com uma constante atualização das regras de comércio e das relações comerciais entre diferentes nações. A criação da Organização Mundial do Comércio, órgão que supervisiona as negociações e operações na área de comércio externo dos países aderentes, para além de ter ajudado a reforçar a liberalização do comércio internacional, também contribuiu para a eliminação de algumas das barreiras fronteiriças e para a sistematização de conceitos de comércio internacional.

Afigurando-se assim o tema do Comércio Internacional como extremamente relevante e face à necessidade de criar bases sólidas que proporcionem uma consolidação do conhecimento sobre o tema, este presente trabalho procurou apresentar uma revisão teórica sobre comércio internacional, interligando definições e teorias recentes.

2. REVISÃO DA LITERATURA

Autores como Lakatos e Marconi (1991), propõem que se proceda a uma pesquisa bibliográfica, tentando criar um marco teórico atualizado, através da análise dos artigos científicos de maior relevância, procedendo-se de seguida à interpretação e consolidação dos elementos obtidos.

Para Bento (2012), a revisão da literatura é uma parte vital do processo de investigação, devendo permitir localizar, analisar, sintetizar e interpretar a investigação prévia (revistas científicas, livros, atas de congressos, resumos, etc.) relacionada com a sua área de estudo, sendo então uma análise bibliográfica pormenorizada, referente aos trabalhos já publicados sobre o tema. A revisão da literatura é indispensável não somente para definir bem o problema, mas também para obter uma ideia precisa sobre o estado atual dos conhecimentos sobre um dado tema, as suas lacunas e a contribuição da investigação para o desenvolvimento do conhecimento.

2.1 Definição de comércio internacional

Diversos autores tentaram definir o que se entende por comércio internacional. Segundo Maluf (2000, p.23), o comércio internacional é definido como o “intercâmbio de bens e serviços entre países, resultante das especializações na divisão internacional do trabalho e das vantagens comparativas dos países”.

Já Lopez (2000) afirma que existem dois principais interesses na participação no comércio exterior: o político e o comercial. O interesse político refere-se à busca dos países por fontes de recursos, equilíbrio da balança de pagamentos, atualização de tecnologia, diversificação de mercados, ampliação da pauta de exportação e desenvolvimento social, isto é, geração de empregos. O interesse comercial reflete a busca das empresas por aproveitamento da capacidade ociosa, diversificação de mercados, compensação de tributação, formação de nome global e aproveitamento de incentivos governamentais.

Por sua vez, Lopez (2010, p.179) define comércio internacional como “conjunto de operações realizadas entre países onde há intercâmbio de bens e serviços ou movimento de capitais. Este comércio é regido por regras e normas, resultantes de acordos negociados, em órgãos internacionais, a exemplo da OMC (Organização Mundial do Comércio), da OMA (Organização Mundial das Alfândegas) e da CCI (Câmara de Comércio Internacional), e que são adotadas pelos governos dos países signatários.”

Já Manfré (2009), considera o comércio exterior como uma atividade mercantil de caráter internacional.

2.2 Teorias do comércio internacional

2.2.1 Teoria clássica

A teoria do comércio internacional surge da necessidade de explicação das trocas internacionais, que remonta aos autores clássicos Adam Smith e David Ricardo, no sentido de desenvolver uma análise suscetível de generalização a qualquer país, em contraponto com as concepções protecionistas dos mercantilistas.

O mercantilismo antecede as contribuições clássicas do liberalismo e, mais do que uma escola de pensamento formal, o mercantilismo consistiu num conjunto de atitudes similares em relação à atividade económica doméstica e ao papel do comércio internacional. Os mercantilistas associavam à riqueza do país a acumulação de metais monetários (ouro e prata) e para aumentar o stock dos mesmos bastaria aumentar as exportações e consequentemente diminuir as importações. Advogavam uma política comercial protecionista, considerando que o comércio internacional desta forma tinha ganhos de soma nula, isto é, um país ganhava à custa das perdas do outro.

Com o pronúncio do liberalismo económico começa-se a autonomizar e desenvolver a teoria do comércio internacional e especialização internacional, evidenciando as vantagens que a mesma, associada às condições de livre comércio, assegurava aos

países intervenientes. A teoria liberal do comércio internacional surgiu com o elogio da divisão do trabalho e a crítica ao protecionismo feitos por Adam Smith, no seu livro “A Riqueza das Nações”, editado em 1776.

2.2.1.1 Adam Smith (1776): Teoria das vantagens absolutas

Adam Smith (1776) argumenta assim contra o mercantilismo, referindo que o protecionismo limitaria o processo de desenvolvimento inglês, que o saldo permanente positivo da balança comercial seria insustentável e que as exportações diminuiriam devido a ações de retaliação dos outros países. Demonstrou as vantagens da livre troca, em que o ganho seria importante para os dois intervenientes e para a economia mundial, dada a abertura dos mercados internacionais aos produtos industriais ingleses. Para esse efeito, os países teriam de se especializar de acordo com as suas vantagens absolutas, produzindo e exportando os produtos em que tivessem maior produtividade e eficiência e importando aqueles em que os outros seriam melhores. Na teoria das vantagens absolutas, a tecnologia era um fator relevante na explicação das trocas.

A limitação desta teoria prende-se com o facto de um país que fosse ineficiente em termos absolutos em ambos todos os bens, nunca poderia participar no comércio internacional.

2.2.1.2 David Ricardo (1820): Teoria das vantagens comparativas ou relativas

Já no início do século XIX, David Ricardo (1820) alegaria que as relações comerciais entre nações ocorreriam segundo o princípio das vantagens comparativas e não absolutas: os países exportariam (importariam) bens produzidos onde o trabalho fosse relativamente mais eficiente, de modo que o comércio seria favorável mesmo para um país que fosse mais (menos) eficiente em todas as linhas de produção. Após determinação do padrão de especialização, a troca apenas se concretizaria se existirem incentivos para tal, em termos de Razão de Troca internacional, que beneficiaria a respetiva especialização em ambos os países. Para David Ricardo o comércio internacional é um “jogo” de soma positiva contrariamente ao pensamento mercantilista. David Ricardo, com o modelo das vantagens comparativas ou relativas, tentou assim demonstrar que mesmo quando um país era absolutamente menos eficiente a produzir todos os bens, continuaria a participar no comércio internacional ao produzir e exportar os bens que produzisse de forma mais eficiente.

2.2.2 Teoria neoclássica

A teoria neoclássica do comércio internacional foi desenvolvida por Heckscher (1919) e aperfeiçoada posteriormente por Ohlin (1933), sendo também conhecida pela teoria Heckscher-Ohlin. A ideia central é que o comércio internacional é explicado pelas diferenças de dotação de fatores de produção entre os países, isto é, os países tendem a exportar (importar) bens cuja produção dependa da abundância (escassez) de terra, trabalho e capital. A crítica dos autores suecos ao modelo clássico de David Ricardo era a de que não bastava explicar a troca internacional pela lei dos custos comparativos, era necessário explicar que os custos comparativos existiam. Para tal, seria necessário integrar no fator trabalho, os fatores terra e capital, combinados em cada linha de produção. De forma simplificada, com recurso a apenas dois fatores (terra e trabalho), dois produtos e dois países, o conjunto de pressupostos para legitimar o livre-comércio tornou-se formalmente mais rigoroso: a) o modelo é baseado numa estrutura de mercado de concorrência perfeita nos mercados de bens e de fatores de produção; b) as funções de produção são similares entre as nações envolvidas no comércio internacional, diferentes entre os setores produtivos e apresentam rendimentos constantes de escala; c) existe livre mobilidade dos fatores de produção entre os setores produtivos, mas entre os países não existe livre mobilidade, com os preços totalmente flexíveis; d) os produtos e os fatores são homogêneos em ambos os países.

O que podemos observar é que mantidas as hipóteses fundamentais da ortodoxia clássica e neoclássicas - concorrência perfeita, pleno emprego, funções de produção estáveis e iguais entre empresas/países (difusão livre e imediata de tecnologia) e retornos constantes de escala - os padrões de especialização relativa de cada país equilibram-se através de ajustamentos em preços e quantidades, sem alterar o nível setorial ou global de utilização de recursos, isto é, sem alterar o nível da receita.

2.2.3 Economia de escala, concorrência imperfeita e novos modelos

Mais recentemente, propuseram-se abordagens dos impactos das economias de escalas e da concorrência imperfeita no comércio mundial, com a mesma conclusão, favorável à liberalização comercial. Um dos autores dessa linha de pensamento é o economista norte-americano Krugman (2009). A ideia básica é a de que geralmente as indústrias são caracterizadas por operarem em economia de escala ou com rendimentos crescentes e que as economias de escalas podem ser internas (dependendo do tamanho da firma) ou externas (dependendo do tamanho da indústria). Além do mais, segundo essa teoria, o comércio não necessita de ser resultado das diferenças das

vantagens comparativas (Krugman & Obstfeld, 2001). De certo modo, este argumento restaura a defesa *smithiana* das vantagens do livre-comércio, graças à relação entre a divisão do trabalho e a extensão dos mercados. A integração comercial permitiria a ampliação dos mercados, das escalas de produção e da divisão do trabalho, permitindo o aprofundamento complementar de especializações eficazes internacionalmente, ainda que iniciadas "aleatoriamente".

Os pressupostos utilizados na teoria de economia de escala são basicamente os mesmos trabalhados no modelo neoclássico, onde há uma relação 2x2x2, isto é, dois fatores de produção (capital e trabalho), dois países e dois produtos comercializados. No entanto, segundo esse modelo, a diferença em relação ao modelo neoclássico reside no fato de que a estrutura de mercado teorizada é diferente. A estrutura de mercado era antes considerada como em concorrência perfeita, trabalhando com rendimentos constantes, já no modelo de economia de escala, a estrutura de mercado predominante é a concorrência imperfeita que opera com rendimentos crescentes de escala.

A consequência da economia de escala é o colapso da concorrência perfeita, em que o modelo mais adequado para analisar o comércio é o mercado de concorrência imperfeita. Krugman & Obstfeld (2001) mostram que segundo a ideia das economias de escala, cada país deve concentrar-se na produção de um número limitado de bens, pois com os países a produzir uma quantidade reduzida de produtos, cada um poderá produzir numa escala maior do que se tentasse produzir uma maior variedade de bens. Assim sendo, o comércio internacional possibilita que cada país produza uma variedade restrita de bens que proporcione a obtenção de vantagens de economia de escala sem sacrificar a variedade de consumo, de tal forma que o comércio internacional amplia a variedades dos bens disponíveis no mercado. A análise do modelo de concorrência monopolística deixa em evidência que as empresas, ao se inserirem no comércio internacional, ampliando o mercado mundial, proporcionarão maiores ganhos de escala e maior variedade de produtos oferecidos no comércio, com um equilíbrio de preços no longo prazo mais benéfico ao consumidor. Logo, a conclusão básica do modelo de economia de escala é a de que o comércio internacional é positivo para o desenvolvimento económico das nações na medida em que ele amplia e integra o mercado, proporcionando ganhos para todos os países envolvidos.

3. CONCLUSÕES

Através da presente revisão bibliográfica sobre os principais conceitos do comércio internacional, conclui-se que o comércio internacional pode ser definido como a troca

de bens e serviços entre países, que resulta da especialização da divisão do trabalho e das vantagens comparativas dos países, assentando em dois principais interesses, o político e o comercial. Na busca destes interesses, as empresas aproveitam-se de fontes de vantagens competitivas da economia global e procuram superar os obstáculos à aquisição dessas mesmas vantagens.

Pudemos também constatar, que com a evolução do comércio internacional existiu também uma evolução das suas teorias explicativas. Independentemente das versões do argumento liberal ou das novas teorias do comércio internacional, baseadas no pressuposto de economias de escalas e da concorrência imperfeita no comércio mundial, alega-se que as diferenças internacionais não implicam assimetrias, mas complementaridades mutuamente vantajosas: os ganhos de comércio resultantes serão distribuídos num jogo de soma positiva, de forma que os ganhos de uns não serão obtidos às custas das perdas de outros. A longo prazo, portanto, o comércio internacional não afetará o nível de emprego de recursos entre os países, mas apenas a sua alocação intersectorial, aumentando o rendimento real graças aos ganhos de especialização.

As diferentes teorias do comércio internacional, parecem apontar para o facto de que as atividades económicas internacionais, como exportação internacional e investimento estrangeiro direto, promoverão a capacidade nacional de inovação e desenvolvimento de um país.

REFERÊNCIAS

- Abeliansky, A., & Hilbert, M. (2016). Digital technology and international trade: Is it the quantity of subscriptions or the quality of data speed that matters? *Telecommunications Policy*, 41(1), 35–48. <https://doi.org/10.1016/j.telpol.2016.11.001>
- Bento, A. (2012). Como fazer uma revisão da literatura: Considerações teóricas e práticas. *Revista JA (Associação Académica da Universidade da Madeira)*, nº 65, ano VII (pp. 42-44). ISSN: 1647-8975.
- Havenga, J., Simpson, Z., & Goedhals-Gerber, L. (2016). International trade logistics costs in South Africa: Informing the port reform agenda. *Research in Transportation Business and Management*, 22, 263–275. <https://doi.org/10.1016/j.rtbm.2016.08.006>

- Faculdade de Economia da Universidade do Porto. (2017). Teoria clássica do comércio internacional. *FEUP*. Consultado em 15 de Maio de 2017. Disponível em https://www.fep.up.pt/disciplinas/lec207/Apoio/EI_Classicos.pdf
- Heckscher, E. (1919). The Effect of Foreign Trade Theory of International Trade. In: Ellis, H. S.; Metzler, L. A. (Eds.) *Readings on The Theory of International Trade*. Londres: George Allen and Unwin Ltd, 1950, pp. 272-300
- Krugman, P. (2009). Increasing returns in a comparative advantage world. *mimeo Princeton University*. Consultado em 15 de Maio de 2017. Disponível em <https://pdfs.semanticscholar.org/6bc0/3917b70dc548a109b1d71d9e271179eee601.pdf>
- Krugman, P. (2009). The Conscience of a Liberal. *New York Times*. Consultado em 15 de Maio de 2017. Disponível em <http://krugman.blogs.nytimes.com/?8dpc>.
- Krugman, P. & Obstfeld, M. (2009). *International Economics – Theory and Policy*. 8th Edition, HarperCollins College Publishers, New York.
- Krugman, P. R.; Obstfeld, M. (2001). *Economia Internacional: Teoria e Política*. 5. ed. São Paulo: Makron Books.
- Lakatos e Marconi (1991). Metodologia Científica. São Paulo: Editora Atlas SA – 1991. Consultado em 15 de Maio de 2017. Disponível em http://www.dem.fmed.uc.pt/Bibliografia/Livros_Educacao_Medica/Livro27.pdf
- Lopez, J. M. (2000). Os custos logísticos do comércio exterior brasileiro. São Paulo: Aduaneiras.
- Lopez J. M. & Gama, M. (2010). Comércio exterior competitivo. São Paulo: Aduaneiras.
- Maluf, S. (2000). Administrando o comércio exterior do Brasil. São Paulo: Aduaneiras. 2000. 304 p. Vol. Único. Consultado em 15 de Maio de 2017. Disponível em http://adx.doctum.edu.br/adx/unidades/serra/bibtec/listagem_dados_livro.php?consulta_externa=1&l_codigo=0000018141
- Manfré, M. (2009). *Técnicas de Comércio Exterior: Fundamentos, Estratégia e Ações*. 1ª ed. Brasília: Clube dos Autores.
- Metzler, L. (1919). Readings on The Theory of International Trade. Londres: George Allen and Unwin Ltd, 1950, pp. 272-300. Consultado em 15 Maio de 2017. Disponível em <https://2012books.lardbucket.org/pdfs/policy-and-theory-of-international-economics.pdf>
- Ohlin, B. (1933). *Interregional and International Trade*. Boston: Harvard University Press.

- Ricardo, David. "*On The Principles of Politicas Economy And Taxacion*". Third Edition, 1821, Editado por Batoche Books, Kitchener, 2001.
- Smith, Adam. *An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations*. Edited by S. M. Soares. MetaLibri Digital Library, 29Th May 2007.
- Vanegas, J., Restrepo, J., & González, M. (2015). Negocios y comercio internacional: evidencias de investigación académica para Colombia. *Suma de Negocios*, 6(13), 84–91. <https://doi.org/10.1016/j.sumneg.2015.08.007>
- Wu, J., Ma, Z., & Zhuo, S. (2016). Enhancing national innovative capacity: The impact of high-tech international trade and inward foreign direct investment. *International Business Review*.
<https://doi.org/http://dx.doi.org/10.1016/j.ibusrev.2016.11.001>
- Zamora Torres, A., & Navarro Chávez, J. (2015). Competitividad de la administración de las aduanas en el marco del comercio internacional. *Contaduría Y Administración*, 60(1), 205–228. [https://doi.org/10.1016/S0186-1042\(15\)72152-2](https://doi.org/10.1016/S0186-1042(15)72152-2)